

A ELABORAÇÃO DE REGIMES DE  
VERDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA:  
A PRODUÇÃO ENUNCIATIVA DA CONAQ  
SOBRE OS QUILOMBOLAS NA PANDEMIA  
DE COVID-19 NO BRASIL

3

THE DEVELOPMENT OF TRUTH REGIMES  
AS A FORM OF RESISTANCE: CONAQ'S  
ENUNCIATIVE PRODUCTION ON  
QUILOMBOLAS DURING THE COVID-19  
PANDEMIC IN BRAZIL

**SOUSA, Claudemir**

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)

E-mail: Claudemir201089@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5318-5040>

**RESUMO**

Neste artigo, discutimos a produção de enunciados no site da CONAQ acerca da pandemia entre quilombolas brasileiros. O objetivo é analisar como a construção de um regime de verdade sobre esse tema é uma estratégia de resistência dos sujeitos frente à barbárie governamental, que os invisibiliza e os deixa morrer. Para tanto, construímos um *corpus* com vinte enunciados coletados em uma busca textual no referido *site*, a partir de quatro entradas, cada uma com cinco resultados. Nossas análises estão ancoradas nos Estudos Discursivos Foucaultianos, sobretudo nos conceitos de verdade e de resistência. Esse referencial teórico também nos fornece a ferramenta metodológica para análise, a partir dos princípios de dispersão, regularidade, campo associado e raridade. Conclui-se que, diante do descaso governamental para com os quilombolas, estes, em associação com entidades sem fins lucrativos, elaboram regimes de verdade como estratégias para o monitoramento da evolução da pandemia em suas comunidades e buscam soluções, nos trâmites legais, para garantirem

acesso à imunização, deixando-se objetivar pelos mecanismos do biopoder.

**Palavras-chave:** Discurso. Verdade. Resistência. Quilombolas. Pandemia.

## ABSTRACT

In this article, we discuss the production of statements in the website of CONAQ about the pandemic within the Brazilian quilombolas. The aim is to analyze how the development of truth regime about this theme is a strategy of resistance from the quilombolas subjects against the governmental barbarism that invisible them and let them to die. For that, we constructed a corpus with twenty statements collected in a textual search in the cited website, from four entrances, each one with five results. Our analysis are anchored in Foucault's Discursive Studies, mainly in the concepts of truth and resistance. This theoretical approach also gives us the methodological tool to analysis, from the principle of dispersion, regularity, associated field and rarity. We concluded that, besides the government neglect, the quilombolas, with the help of some non-profit associations, elaborate truth regimes as a strategy to monitor the evolution of the pandemic in their communities and seek for solutions, in the law procedures, to guarantee access to immunization, letting themselves objectivize by the mechanism of biopower.

**Keywords:** Discourse. Truth. Resistance. Quilombolas. Pandemic.

## INTRODUÇÃO

“Com o Covid-19, cadê o álcool em gel? Cadê as máscaras gratuitas? Se depender do governo, iremos morrer”, diz Manuel dos Santos, quilombo Mumbaça, em Traipu (AL). A afirmação é uma resposta ao posicionamento do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, nesta quarta-feira (18).

Ele, ao lado de outros ministros e do presidente Jair Bolsonaro, afirmou, em entrevista coletiva, que o Sistema Único de Saúde (SUS) estava presente em todo território nacional. “Eu não tenho uma cidadezinha, não tem uma comunidade quilombola, ou indígena, que não tenha o

SUS. Nós podemos ter dificuldade, mas o sistema de saúde vai estar ao lado dos 215 milhões de brasileiros”, disse (BORGES, 2020, *online*).

As falas precedentes são de uma matéria publicada originalmente no *site* Alma Preta e republicada no *site* da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), no dia 20 de março de 2020. Elas mostram o temor dos quilombolas diante da iminente chegada do coronavírus às suas comunidades e o descompasso da visão governamental em relação à qualidade dos serviços públicos de saúde para as populações negras. Enquanto os quilombolas deixam entrever que não são alcançados pelos mecanismos do biopoder e pelas estratégias da biopolítica (FOUCAULT, 2005), que são extensivos a apenas uma parcela privilegiada da sociedade, os agentes políticos, na tentativa de se constituírem como bons governantes, afirmam que estão assegurando a todos o acesso ao saber-poder da Medicina social para elaborar a higiene pública.

Estamos diante de duas vontades de verdade (FOUCAULT, 2007) e de dois regimes de verdade (FOUCAULT, 2013), visto que a enunciabilidade é mobilizada para consolidação de um desejo de poder e de saber dos governantes acerca da condução da pandemia de COVID-19 no Brasil e seus enunciados se chocam com a percepção dos agentes sociais acerca das vulnerabilidades a que estão expostos na pandemia.

Nesse sentido, essa matéria jornalística é a primeira de nosso *corpus* a relatar a expectativa dos quilombolas em relação à chegada do coronavírus até eles, pois sabiam que o risco de mortalidade seria grande, em vista da inexistência ou da precariedade de atendimentos especializados em saúde nas comunidades quilombolas. Contrariando as afirmações dos agentes políticos, os quilombolas alegam que os atendimentos pelo SUS são ausentes, esporádicos ou, quando disponíveis, estão situados nas capitais, para onde têm que se deslocar, ato que se tornou um risco à vida na pandemia.

Diante da ausência de intervenções governamentais que lhes garantisse o acesso aos mecanismos sanitários do biopoder (FOUCAULT, 2005), as comunidades adotaram como medida preventiva o fechamento simbólico dos seus espaços para visitantes externos, o monitoramento dos casos de adoecimento e de morte por coronavírus e a articulação com as suas associações e órgãos representativos locais, estaduais, regionais e nacionais para cobrar uma política pública para as populações quilombolas durante a pandemia.

Isso ocorreu porque, como consta em outra publicação, é de conhecimento deles que o risco entre a população quilombola é acentuado, devido, entre outras coisas, ao número de idosos nas comunidades quilombolas brasileiras, quantificados em 5 milhões. Esses representam 30% do total de 16 milhões de quilombolas no país, distribuídos em 6 mil comunidades quilombolas (GUIMARÃES, 2020, *online*). Essa população anciã faz parte do grupo de risco para o coronavírus e a situação é preocupante, porque, antes da chegada do vírus aos quilombos e durante toda a pandemia, não houve campanhas públicas do Governo Federal para esclarecer sobre as medidas de contenção do vírus, atividade que ficou a cargo de diversas empresas, como emissoras de televisão e até grandes lojas, e organizações não governamentais (ONGs), como a CONAQ.

Nesse sentido, em 27 de abril de 2020, foi feita uma matéria pela CONAQ (2020, *online*) sobre a publicação de uma cartilha com orientações sobre como se proteger do vírus e como ter acesso à renda básica emergencial, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, à sua revelia. Pessoas relataram que o aplicativo de celular para ter acesso ao auxílio e fazer saque deste apresentava falhas constantes, em uma nítida sabotagem das medidas para sanar as dificuldades financeiras na pandemia. Foucault (2005) nos mostra que as medidas de seguridade social são uma estratégia de biopolítica que o bom governante adota para conduzir a população a governar. Entretanto, no Brasil, durante esse período, as ações do executivo federal foram ineficientes e precisaram de intervenção do legislativo e do judiciário para funcionar minimamente.

Foucault (2005) discutiu a maneira como a prevalência de doenças, o crescimento populacional e outras transformações sociais possibilitaram a emergência de uma forma de poder que se dirige à vida, denominado de biopoder, cujo objetivo é tornar a população mais saudável e produtiva. Seu modo de ação é a biopolítica, a qual se efetiva, sobretudo, por meio de campanhas de aprendizagens, que têm a função de fazer com que os comandos do saber-poder da Medicina se tornem cada vez mais naturais entre os sujeitos, que passam a adotá-los devido à sua eficácia produtiva. Durante a pandemia, pode-se observar que a estatização desse poder não é eficiente e não alcança a todos.

Tendo isso em vista, neste artigo, analisamos enunciados publicados no *site* da CONAQ acerca da pandemia entre os quilombolas do Brasil. O objetivo é analisar como a construção de um regime de

verdade (FOUCAULT, 2013) sobre os dados da pandemia junto aos quilombolas é uma estratégia de resistência desses sujeitos frente à barbárie governamental, que os invisibiliza e os deixa morrer. Outro aspecto a ser considerado nas conclusões é a relação entre as mídias corporativas e as mídias alternativas na elaboração desse regime de verdade.

Para realizar esse estudo, construímos um *corpus* com vinte enunciados coletados em uma busca textual no referido *site*, a partir de quatro entradas, cada uma com cinco resultados. A coleta ocorreu durante o mês de julho de 2021. As entradas utilizadas na pesquisa foram: Coronavírus, COVID-19, Pandemia e Boletim epidemiológico, com enunciados de diferentes temporalidades. Utilizamos para este estudo somente esses resultados, pois acreditamos, com base em Foucault (2008), que o arquivo sobre os quilombolas e a pandemia não pode ser acessado em sua totalidade, afinal, é no interior desse arquivo que nos situamos para produzir novos enunciados. O *site* da CONAQ possui um menu sobre COVID-19, mas nele não há postagens. As matérias que analisamos podem ser encontradas no menu “notícias”, o qual possui uma miscelânea de outros temas, visto que o enunciado emerge de maneira dispersa.

Nossas análises estão ancoradas nos Estudos Discursivos Foucaultianos, sobretudo nos conceitos de verdade e resistência (FOUCAULT, 2009; 2013). É também nesse referencial teórico que repousa a ferramenta metodológica para análise dos enunciados, a partir dos princípios de análise propostos por Foucault (2008), os quais possibilitam agrupar enunciados em torno de temas comuns e analisá-los na singularidade de sua existência. Para Foucault (2008), os enunciados não se agrupam linearmente, visto que sua irrupção não é sequencial e sim dispersa, mas eles podem ser agrupados pelo analista a partir das suas percepções de temas e de objetos comuns, para analisá-los como acontecimentos singulares. Em termos de metodologia de pesquisa, a utilização da ferramenta de localização é um mecanismo que facilita esse agrupamento.

As discussões que empreendemos estão organizadas da seguinte forma: na seção que segue apresentamos os conceitos de verdade e resistência a partir das teorizações de Michel Foucault. Em seguida, realizamos as análises dos enunciados que compõem o *corpus*. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A VERDADE E A RESISTÊNCIA EM MICHEL FOUCAULT

O conceito de verdade é desenvolvido por Michel Foucault em múltiplas abordagens. Há uma relação postulada entre a verdade e o desejo, da qual decorre a noção de “vontade de verdade” (por extensão à noção de vontade de potência de Nietzsche) (FOUCAULT, 2007) como uma forma de controle do discurso. Há também uma relação estabelecida entre a verdade, a sociedade e a história, da qual emerge o conceito de “regimes de verdade” (FOUCAULT, 2013), e estudos desse autor sobre as formas de se obter a verdade (jogos de verdade) no domínio jurídico, religioso, sexual e psiquiátrico, do qual decorre a relação da verdade com o saber e a constituição do sujeito em técnicas de si (como a hermenêutica decifrador) (FOUCAULT, 1993, 1998, 1999, 2002, 2019).

Mas de que forma tais conceitos se relacionam com a noção de resistência? Em *A ordem do Discurso*, Foucault (2007) considera a verdade um mecanismo de controle do discurso que rege a nossa vontade de saber. O que está em jogo é o desejo e o poder de dizer o discurso verdadeiro. Na medida em que a vontade de verdade institucional exerce um poder de coerção sobre outros discursos, pronunciar um discurso que se quer verdadeiro é tensionar a ordem do discurso estabelecida e produzir novos saberes. O que a CONAQ fez foi um ato de resistência, ao produzir verdades que não aparecem no domínio discursivo elaborado pelo Ministério da Saúde, o qual passou por constantes mudanças de chefia e escondeu dados durante a pandemia.

No texto “Verdade e poder”, entrevista concedida a Alexandre Fontana, em 1977, Foucault (2013) mostra que a verdade está intimamente relacionada ao poder, sendo alvo de uma “economia política”. Há regras para se atribuir efeitos de poder ao verdadeiro. Os enunciados são regulados, produzidos, repartidos, circulam e funcionam com base em procedimentos denominados de “regimes de verdade”, os quais são determinados histórica e geograficamente. Assim, Foucault (2013, p. 52, grifo do autor) arremata:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

A verdade, enquanto regime, é institucionalizada e controlada. Mesmo assim, é possível agir nas margens, nas brechas desse regime e produzir formas de verdade alternativas, que funcionam como resistência ao *status quo*. Por essa razão, consideramos que, mesmo que a verdade sobre a pandemia seja regulada e controlada pelo Ministério da Saúde, outras instâncias agiram fora desse domínio oficial, dada a sua falta de transparência, para produzir outro regime de verdade, a exemplo de um consórcio de veículos de imprensa e da CONAQ junto aos quilombolas.

Em alguns de seus textos escritos entre os anos de 1975 e 1984, a exemplo da conferência “Verdade e Subjetividade” (FOUCAULT, 1993), “A Verdade e As formas Jurídicas” (idem, 2002), “História da Sexualidade 1: a vontade de saber” (idem, 1999), “História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres” (idem, 1998) e “História da Sexualidade 4: as confissões da carne” (idem, 2019), Michel Foucault estabelece alguns estudos acerca dos jogos de verdade na relação entre o dizer e a constituição de si em técnicas de obtenção da verdade em distintos domínios.

O que o autor faz, nesse conjunto de textos, é nos mostrar que mecanismos de obtenção da verdade desenvolvidos na antiguidade sofreram transformações e deram lugar a novos procedimentos na atualidade. Essa discussão passa pelo estudo da tragédia Édipo - o rei, considerada um exemplo de como a verdade é alvo de uma prática investigativa que dará lugar ao mecanismo jurídico do inquérito (FOUCAULT, 2002).

Em outro texto, Foucault (1993) fala sobre o tratamento moral da loucura, no qual o psiquiatra utiliza um método terapêutico em que o paciente que sofre de doença mental deve reconhecer que é louco e nisso consiste a sua cura. Nos séculos XVII e XVIII, denominavam-se essas práticas de “as terapias da verdade”, e consistia em o louco reconhecer que as suas alucinações não tinham relação com a realidade.

Já nos estudos sobre a sexualidade, Foucault (1998; 1999; 2019) direciona a sua atenção para mostrar como técnicas de si próprias da Antiguidade sofrem transformações e se integram aos domínios da religião cristã. Entre essas técnicas, ele estuda a confissão como uma forma de pôr em discurso a verdade sobre sua sexualidade com vistas à transformação de si. Trata-se de uma técnica de si, uma forma de subjetivação que pode ser aproximada do conceito de resistência.

Esse conceito aparece nas teorizações foucaultianas intimamente ligado ao conceito de poder. No texto “O sujeito e o Poder”, Foucault (2009) compreende o poder como um exercício de relações entre sujeitos

e existente em contraposição a formas de resistência. Ele analisa as relações de poder através do antagonismo de estratégias, em um jogo de oposições em que os sujeitos se constituem enquanto tais em processos de objetivação e de subjetivação. Silva (2008, p. 31) assim explica as relações de poder e de resistência em Foucault a partir dos conceitos de objetivação e de subjetivação:

Pelo processo de objetivação, o sujeito é uma fabricação do poder e, nesse sentido, ele deixa-se identificar com as práticas discursivas que o constituem. Trata-se aqui do sujeito preso a uma verdade produzida pelo poder e às práticas que o transformam em objeto. Já por meio do processo de subjetivação, o sujeito desenvolve estratégias para se constituir como sujeito de uma identidade que lhe é própria.

Segundo esse autor, é pela subjetivação que ocorrem as formas de resistência ao poder. O sujeito cria formas alternativas de existência, elabora uma ética e uma estética de si, na qual está implícita uma elaboração de verdades e de saberes. Entretanto, como demonstraremos neste artigo, a elaboração de uma verdade sobre a pandemia junto a populações quilombolas constitui uma forma de resistência que apela à objetivação pelo biopoder (FOUCAULT, 2005), visto que o saber oficial invisibilizou esses sujeitos e deixou que morressem e, para que pudessem sobreviver, elaboraram formas de condução de si que passam pelo âmbito institucional jurídico e pela produção de saberes sobre como a pandemia os atingiu, bem como pela busca por garantia de medidas sanitárias em suas comunidades.

Assim, poder e resistência não se separam. Foucault (2009) afirma que a resistência existe como contraponto das relações de poder. Elas estão ligadas ao poder e, assim como ele, estão pulverizadas em todas as relações sociais e são microfísicas. Sendo as resistências microfísicas, não se pode esperar que apenas as grandes revoluções sejam consideradas resistência. Na medida em que a exclusão de alguns do acesso aos mecanismos que garantem a vida é uma forma de ação do poder institucional, lutar pelo direito à sanitização é um ato de resistência.

Castro (2009) afirma que as possibilidades reais de resistência começam quando despojamos o poder de cargas morais ou jurídicas e o caracterizamos na ordem da estratégia e da luta. É dessa maneira que queremos tomar essa noção aqui, compreendendo que o discurso

é o elemento das relações estratégicas de poder entre os sujeitos, por intermédio do qual se busca elaborar um novo regime de verdade sobre a pandemia entre os quilombolas e, assim, garantir formas de fazê-los viver.

As estratégias de poder implicam formas de ação sobre a ação do outro. As resistências são contemporâneas a essas relações e agem nas lutas perpétuas e multiformes que se integram às estratégias de poder. Sobre essas lutas, Gregolin (2004, p. 137) chama atenção para o fato de que elas “transcendem a noção de classe”, pois, como bem mostra essa mesma autora, Michel Foucault trava um diálogo e um duelo com os adeptos dos Marxismo e direciona sua atenção não para as lutas de classe, mas para “uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata”, na qual o que está em jogo é a identidade e a diferença.

Outro aspecto a considerar acerca dos enunciados que coletamos é a interdependência entre as mídias corporativas e as mídias alternativas. Quando falamos em mídia, estamos nos referindo a um conjunto de diferentes objetos e aparelhos que realizam uma forma de mediação nas relações entre os sujeitos. Essa é a concepção adotada por Thompson (2002), segundo o qual uma das tendências no desenvolvimento das indústrias da mídia na atualidade é a concentração de recursos na indústria jornalística em poucos grupos e a absorção de indústrias menores por não poder competir com as maiores.

Jenkins (2009) também destaca a convergência das mídias como uma tendência atual, caracterizada pela colisão entre as novas e as velhas mídias, pelo cruzamento entre as mídias corporativas e as mídias alternativas e pela interação entre o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor. O *site* da CONAQ é compreendido aqui como um veículo midiático alternativo, no sentido de que é uma ferramenta que busca oferecer uma leitura dos fatos sociais a um público específico, os quais não são de interesse da grande mídia corporativa.

Além disso, deve-se destacar o papel da mídia nas mudanças que ocorrem na história. Meneses (2014) chama atenção para o fato de que a mídia e o jornalista elaboram conhecimentos sobre a história, pois a produção de notícias na mídia é antecedida de formulações que influenciam a sua forma de apresentação nos meios de comunicação. O veículo de comunicação se situa num dado lugar social, expressa posições políticas e é perpassado por formas de pensamento histórico e vontades de verdade. Por essa razão, autores como Grijó (2014) e

Capelato (2014) se ocupam das produções da grande mídia como fonte de estudo da história do tempo presente, observando como a grande mídia participa das mudanças nos cursos da história do Brasil.

Com base nesses autores, consideramos que a mídia alternativa não está imune a essa operação de construção de uma história com base em uma vontade de verdade. O jornalismo não é apenas uma atividade de difusão dos fatos. Ele apresenta sua versão dos fatos, orientando-se pelo projeto editorial e pelo manual de redação e estilo do veículo de comunicação, que preestabelecem a maneira como os conteúdos de diagramação, fotografia, tabelas, infográficos, etc. irão expressar este ou aquele significado. Assim, ao analisarmos os enunciados, temos que levar em conta que eles produzem um regime de verdade, uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2007; 2013), entre outras possíveis.

#### **REGIME DE VERDADE COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA: O PAPEL DA CONAQ NA ELABORAÇÃO DE DADOS SOBRE A EPIDEMIA DE COVID-19 EM POPULAÇÕES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS**

Apresentamos, inicialmente, os resultados dados na busca pela palavra “coronavírus”, no buscador do *site* da CONAQ. A primeira publicação dessa instituição com a divulgação de um boletim epidemiológico da pandemia de COVID-19 em comunidades quilombolas brasileiras é do dia 17 de abril de 2020 (CRISÓSTOMO, 2020, *online*). Consta na publicação que os dados foram levantados junto às comunidades, entre os dias 15 e 16 de abril, localizadas em cinco estados: Amapá, Bahia, Goiás, Pernambuco e Rio de Janeiro. As notificações estavam distribuídas em 29 casos em monitoramento (1 em Goiás e 28 no Rio de Janeiro), 7 confirmados (2 no Amapá, 1 em Pernambuco, 2 em Goiás, 1 na Bahia e 1 no Rio de Janeiro) e 2 óbitos registrados pelos moradores nos no Amapá, com o primeiro caso de óbito (um homem de 57 anos da comunidade de Abacate da Pedreira, mas residente em Macapá, com comorbidades), e em Pernambuco, com o segundo óbito.

Consta, também, nessa publicação que, no dia 14 de abril, foram confirmados os primeiros casos pela CONAQ em parceria com a instituição denominada de Alma Preta, cujo site, na ocasião da nossa pesquisa, estava fora do ar. Como até aquele momento os testes distribuídos pelo Ministério da Saúde eram escassos, não se pode considerar esses dados seguros. A possibilidade é que a incidência de COVID-19 em quilombos, nesse período, tenha sido bem maior, o que

significa que há uma provisoriedade na elaboração desse regime de verdade (FOUCAULT, 2013). Futuramente, é possível que um inquérito epidemiológico, como jogo de verdade, dê respostas mais seguras.

Nesse sentido, diante das relações de poder entre os quilombolas e o Estado brasileiro, aqueles elaboram a verdade, como estratégia de resistência, sobre a maneira como a pandemia os afeta, uma vez que são despersonalizados e invisibilizados pela não produção de dados oficiais por órgãos públicos, como o Ministério da Saúde, acerca do que estão enfrentando. Esse é um passo para que possam lutar pelo acesso aos mecanismos do biopoder (FOUCAULT, 2005) que lhes possibilite viver.

A segunda publicação, de 27 de abril de 2020, quantifica em 8 os casos confirmados de COVID-19, 38 em monitoramento e 8 óbitos em decorrência da doença, em quilombos localizados no Amapá (2), na Bahia (1), em Goiás (1), no Pará (2) e em Pernambuco (2), além de um óbito suspeito, sem confirmação até aquele momento (CONAQ, 2020, *online*).

Trata-se de dados relativos à experiência com a doença na busca por saúde e bem-estar. Em tal situação, a morte só aparece como um dado quantitativo, fenômeno que caracteriza a biopolítica (FOUCAULT, 1999). Essa produção de dados estatísticos é uma forma de reação ao fato de que a biopolítica da espécie humana é estatizada e restrita a poucos.

Em matéria publicada no dia 11 de maio de 2020, já eram registrados, pela CONAC, 19 quilombolas mortos pela COVID-19 no Brasil (7 no Amapá, 4 no Pará, 2 em Pernambuco, 2 em Goiás, 1 no Rio de Janeiro, 1 em Minas Gerais, 1 no Maranhão e 1 na Bahia), e os casos confirmados eram 65 (MERGULÃO, 2020, *online*). Havia, também, 36 casos suspeitos e duas mortes sem confirmação de causa por coronavírus.

Nessa matéria, também se afirma que o número poderia ser maior, já que o levantamento era independente, repassado pelos líderes das comunidades, sendo que muitas não possuíam energia elétrica, para possibilitar contato telefônico. Esse mesmo fato também excluiu muitos quilombolas do auxílio emergencial federal para atravessar a crise sanitária ou obrigou alguns a irem até as cidades, rompendo as medidas de isolamento social e colocando-os em risco.

Os dados oficiais sobre a evolução da pandemia no Brasil não levam em conta critérios étnico-raciais. Dessa forma, na matéria a elaboração desses dados é assim justificada: “as autoridades de saúde não distinguem se os pacientes de Covid-19 pertencem a esses territórios.

Para os quilombolas não caírem na invisibilidade, os coordenadores da Conaq resolveram acompanhar de perto a evolução do número de vítimas do coronavírus” (MERGULÃO, 2020, *online*). Com isso, elabora-se um processo de monitoramento próprio, lançando mão das tecnologias do biopoder (FOUCAULT, 2005) - com cálculo dos processos referentes à saúde, alimentação e economia, visando à produção de verdades e de saberes alternativos -, a partir do qual se poderá buscar uma intervenção, sob a égide do poder judiciário e do saber da Medicina social.

Em 23 de maio, já eram 34 mortes, 176 casos confirmados, 2 mortes investigadas, de acordo com os monitoramentos independentes feitos pelos quilombolas em parceria com a CONAQ. Como prova do descontrole da pandemia, as especificações das incidências por estados deixou de ser feita nessas publicações. Esses dados representam a forma como os quilombolas lutam contra os efeitos nocivos da estatização das relações de poder, em que os órgãos de estado elaboram, racionalizam e centralizam as estratégias do biopoder (FOUCAULT, 2005) e distribuem para poucos. Nessa economia das relações de poder, o que resta para os quilombolas é o contraponto do biopoder, o deixar morrer, pois são considerados indesejáveis para alguns setores da sociedade.

Nesse sentido, a produção dos dados é uma forma de resistência com vistas a ter acesso aos mecanismos do cuidado de si, diante da inércia do governo, o que, inclusive, obrigou a população de uma comunidade quilombola a criar mecanismos para impedir entrada de pessoas externas ao local, como segue:

As pessoas vão se revezando para tomar conta desse espaço, orientando quem precisa entrar para ver se realmente necessita, se ele não pode fazer isso em outro momento, se tá usando máscara, se tá usando álcool gel, para precisar lavar as mãos... orientar. Só que é um trabalho que é feito somente pelas comunidades, não tem apoio da prefeitura, não tem apoio de governo do estado (CONAQ, 2020, *online*).

Desse modo, diante da exclusão desses sujeitos do acesso aos mecanismos do biopoder (FOUCAULT, 2005), eles mesmos precisaram elaborar formas de resistência para continuar vivendo, que inclui o redirecionamento das massas populacionais externas às suas comunidades. Essas formas de viver repousam no saber da Medicina, a qual é uma tática de intervenção que tem a função de tornar a população

mais saudável pela adoção de técnicas de higiene pública, como uso de máscaras, álcool em gel e higienização das mãos. Passemos aos resultados dados pela busca da palavra “pandemia”, no buscador do site da CONAQ.

A primeira matéria, de 14 de dezembro de 2020, era referente ao pedido enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os quilombolas fossem considerados no grupo prioritário para receber a vacina contra o coronavírus. Devido à ausência de medidas adotadas pelo poder público para garantir a saúde da população quilombola na pandemia, foi ajuizada a Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental (ADPF) 742/2020, em 09 de setembro de 2020, pela CONAQ e cinco partidos políticos (PSOL, PSB, PT, PCdoB e Rede) em favor dos quilombolas.

No enunciado consta que “o pedido se justifica em razão da maior vulnerabilidade da população quilombola aos efeitos da Covid-19, quando comparadas ao restante da população” (CONAQ, 2020, *online*). Essa vulnerabilidade é social e também biológica, visto que muitos apresentam comorbidades, como hipertensão e diabetes, atestado em pesquisa acerca do tema.

Assim, é no trânsito do processo legal que se buscam formas de resistência, para que o STF evite ou repare violações aos direitos constitucionais dos quilombolas cometidas pelo poder público. Também são solicitados: garantia de segurança alimentar e nutricional, acesso aos leitos hospitalares e testes regulares, materiais de higiene, equipamento de proteção individual, barreiras sanitárias nas comunidades e divulgação pública de dados sobre mortes de quilombolas pela pandemia. Quanto aos dados referentes à pandemia, são citados levantamentos da Plataforma Quilombo Sem Covid-19, segundo os quais, em 11 de dezembro de 2020, eram 4.700 casos confirmados e 170 mortes.

Destarte, a luta travada pelos quilombolas se direciona ao acesso aos dispositivos de segurança que constituem a biopolítica da população (FOUCAULT, 2005) pelas vias do processo judiciário. Esse pedido demorou cerca de cinco meses para ser atendido, pois, em 19 de fevereiro de 2021, uma matéria mostra que esse processo ainda não havia sido aprovado no STF, já que o julgamento é moroso e somente alguns ministros já haviam votado favoravelmente ao pedido. Além disso, nenhuma medida do governo foi feita para divulgar os dados sobre as mortes nas comunidades quilombolas, monitorar e buscar medidas de combate à pandemia. Assim, nas relações de poder entre os quilombolas

e os agentes governamentais, a produção e divulgação de um regime de verdades (FOUCAULT, 2013) com os dados sobre a mortalidade do coronavírus na pandemia representa uma estratégia de resistência que evidencia que a situação do país não está bem gerida e que a biopolítica não alcança a todos de maneira igual.

Quanto aos dados da pandemia nesse momento, são registrados os seguintes: “A plataforma virtual, atualizada em 16 de fevereiro, mostra 205 quilombolas mortos em decorrência de complicações da Covid-19, assim como 4926 infectados e 1434 casos sendo monitorados” (RIBEIRO, 2021, *online*). Tais números representam medições estatísticas da gestão da própria vida, elaborada pelos quilombolas e constituem uma prática de elaboração de verdades e de resistência que tenciona os a regulação e o controle institucional do regime de verdade (FOUCAULT, 2013) oficial, cuja marca é o silêncio e a invisibilidade.

Uma matéria de 22 de fevereiro de 2020 registra que esse era o último dia para que a ADPF 742/2020 fosse votada pelo STF e, até aquele momento, somente 3 ministros haviam votado, restando 8 (CRISÓSTOMO, 2021, *online*). A demora agravava a situação porque os quilombolas de várias comunidades ainda tinham que lidar com conflitos agrários, que não cessaram na pandemia. Ao contrário, se intensificaram, inclusive legitimados pelas políticas de segurança e gestão ambiental do Governo Federal. Nessa matéria, não constam dados sobre números de casos de COVID-19.

Já em uma matéria de 24 de fevereiro de 2021, atesta-se que o STF deu um prazo de 30 dias para o Governo Federal amparar os quilombolas na pandemia. Mesmo assim, a CONAQ ressalta que a luta para efetivação dessa decisão continuava:

Desde o início da pandemia de Covid-19, essa é a primeira vez que o poder público reconhece a necessidade de implementar ações de mitigação dos impactos do coronavírus em territórios quilombolas. A luta continua em prol da implementação e efetivação das decisões do STF pelo Poder Executivo (RIBEIRO, 2021, *online*).

Entre as medidas determinadas pelo STF, estão a criação, em até 72 horas, de um grupo de trabalho interdisciplinar para debater, aprovar e monitorar a execução do plano emergencial para os quilombolas na pandemia, e a inclusão de dados sobre raça, cor e etnia nos registros de casos confirmados de Covid-19. Quanto aos dados da pandemia, essa matéria registra que, em 23 de fevereiro de 2021, a plataforma virtual

registrava 4.935 casos confirmados e 1.434 sendo monitorados em territórios quilombolas, números que poderiam ser maiores se houvesse monitoramento efetivo feito pelo poder público.

Portanto, é pelas vias legais que os quilombolas conseguem fazer com que o Governo Federal os inclua entre o grupo populacional que terá acesso aos mecanismos do biopoder (FOUCAULT, 2005), ao qual nos deixamos sujeitar devido à sua eficácia produtiva, embora se deva reconhecer a existência de uma parcela que não deseja estar sob os efeitos desse poder (como os grupos antivacina), dadas as discontinuidades da história (FOUCAULT, 2008). Essa decisão do STF só foi possível porque os próprios quilombolas, em parcerias com ONGs, elaboraram regimes de verdade (FOUCAULT, 2013) sobre a pandemia nas suas comunidades e transformaram em dados estatísticos, os quais são uma estratégia da biopolítica e, por isso, de competência dos governantes.

Em uma matéria de 27 de maio de 2021, com divulgação de um boletim epidemiológico sobre a pandemia em comunidades quilombolas, levantamento feito pela CONAQ em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), consta que a CONAQ contactou secretarias municipais de saúde para ampliar a vacinação em grupos quilombolas abaixo de 40 anos de idade e também aos que não residem nas comunidades, mas são quilombolas de nascimento, como segue.

A resistência nos territórios se ratificou nesses últimos meses de pandemia, e se vê ainda mais necessário o fortalecimento da luta, diante das falhas recorrentes por parte das autoridades sanitárias quanto à conscientização e proteção contra a Covid-19. Com os da faixa etária de 40 anos acima já vacinados, alguns quilombos agora buscam pela garantia do acesso à vacina dos demais grupos, principalmente incluindo aqueles que não residem nos territórios (ALBUQUERQUE, 2021, *online*).

Segundo o enunciado, em algumas comunidades, o acesso à vacinação foi limitado, mesmo que uma decisão judicial determinasse o acesso de todos os quilombolas à imunização. Ademais, a vacinação dos quilombolas que não residem em suas comunidades se justifica pelo fato de que, mesmo se deslocando dos seus territórios em busca de acesso aos bens que asseguram a garantia da vida e do bem-estar, eles continuam sendo quilombolas. Quanto aos números, são registrados os seguintes: 282 mortes por coronavírus, 5 sem confirmação de causa, 5.351 casos confirmados e 1.476 monitorados. Passemos aos resultados dados pela pesquisa pelo termo “COVID-19”.

O primeiro resultado obtido é uma matéria que expõe que, em 23 de junho de 2021, a população quilombola de Alcântara, no Maranhão, já estava 100% vacinada contra o coronavírus. Nesse município, são estimadas 200 comunidades quilombolas existentes, a maior população quilombola do país. Longe de atribuir isso a uma benevolência governamental, o enunciado destaca que “ativistas pelos direitos de povos tradicionais atribuem a conquista à luta da própria população” (LACERDA, 2021, *online*).

Essa luta foi realizada pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), entidade que se organizou para promover a resistência à expropriação territorial feita pela Aeronáutica nos anos de 1980 (SOUZA FILHO & PAULA ANDRADE, 2020), e pela CONAQ, em parceria com as populações quilombolas. Essas entidades, além de buscarem a inclusão dos quilombolas no plano de vacinação, requereram participação no planejamento, acompanhamento e monitoria da aplicação das doses de vacina nos quilombolas, haja vista que houve muitas denúncias de aplicações de placebos e desvios de vacina em outros locais no Brasil.

São citados na matéria dados do Ministério da Saúde, segundo os quais foram vacinados 13 mil quilombolas no município de Alcântara, o que atesta que a elaboração de um regime de verdade (FOUCAULT, 2013) alternativo dialoga com o regime institucional oficial. Nesse enunciado não constam dados referentes a mortes e casos de COVID-19 registrados. Deve-se ressaltar que nem todas as comunidades conseguiram tal feito e que isso é resultado de um trabalho organizado visando à gestão da própria vida pela elaboração de técnicas de si para a sanitização da população quilombola.

A situação em outras comunidades era um pouco distinta, como atesta uma publicação sem data, mas certamente situada entre junho e julho de 2021. Devido à proliferação de desinformação e à falta de imunizantes, as comunidades passaram a enfrentar grandes números de casos de contágios pelo coronavírus. Não obstante isso, a matéria ressalta que o tipo de vacina e o período de intervalo entre as doses é outro fator que atrasa a imunização (ALBUQUERQUE, 2021, *online*).

Além desse quadro, o fato de não terem sido realizadas campanhas públicas federais para conscientizar a população brasileira sobre os cuidados com o vírus, muitas pessoas acabaram reproduzindo desinformações acerca da pandemia e evitaram inclusive adotar medidas de prevenção e de imunização. Foucault (1999) nos mostra

que a realização de campanhas públicas de aprendizagem é uma das estratégias do biopoder para manter a população saudável, algo que não ocorreu nessa pandemia no Brasil.

Outras três publicações encontradas pela busca desse mesmo termo são referentes a dados epidemiológicos sobre a COVID-19. A primeira, de 9 de julho de 2021, registra 296 quilombolas mortos pela COVID-19, 5 óbitos sem confirmação de causa, 5.499 casos de contágio por coronavírus confirmados e 1.492 em monitoramento. Esses dados são distribuídos em diversos estados, com quantificações estaduais mostrados em um mapa presente na matéria (ALBUQUERQUE, 2021, *online*). Quanto às dificuldades para a imunização, são citadas quantidades de doses inferiores ao número de pessoas, mas que isso significa que, devido à realização de uma campanha de aprendizagem pelos próprios quilombolas, as pessoas estavam procurando se imunizar nas áreas deles. Essa ação, além da distribuição de *kits* de proteção, representa uma forma de resistência dos quilombolas na luta contra a COVID-19, pois é uma técnica de si que implica a educação, a aquisição de aptidões e de atitudes e a transformação do indivíduo.

Em outra publicação, de 15 de julho de 2021, os dados são os que seguem: 298 mortes por COVID-19, 05 sem causa comprovada, 5.499 casos confirmados e 1492 casos em investigação (ALBUQUERQUE, 2021, *online*). A produção desses dados supre a falta de um senso feito pelo governo federal acerca de como os quilombolas estão sendo afetados pela pandemia. Igualmente, nem os órgãos públicos e nem a grande mídia divulgam dados sobre a vacinação de quilombolas para que sejam fiscalizados, o que impede de saber quantos deles foram vacinados em relação à população total. Esse ato de resistência é feito pela CONAQ.

O último resultado para a busca do termo supracitado registra dados de vacinação contra COVID-19 e os dados epidemiológicos. Foram 299 óbitos, 05 mortes sem confirmação de causa, 5.530 casos confirmados, 1.492 em monitoramento (ALBUQUERQUE, 2021, *online*). Houve redução nos óbitos devido à vacinação. Sobre a imunização, consta que houve resistência de prefeituras em aplicar nos quilombolas doses disponibilizadas pelas secretarias de saúde. Há também casos de comunidades quilombolas ainda não reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), o que as fez ser excluídas da vacinação prioritária. Nesses casos, é pelo recurso aos regimes de verdade (FOUCAULT, 2013) que atestam a identidade que o sujeito adquire o direito de se deixar

objetivar pelos mecanismos do biopoder (FOUCAULT, 2005) como forma de resistência e garantia de saúde e bem-estar.

O último termo pelo qual nós fizemos busca foi o “boletim epidemiológico”. Com isso, o primeiro enunciado que resultou é do dia 29 de abril de 2021, que registra 270 mortes de quilombolas por COVID-19, 5 óbitos sem causa confirmada, 5.329 casos confirmados e 1.476 em monitoramento (ALBUQUERQUE, 2021, *online*).

A matéria ainda ressalta problemas de toda ordem enfrentados pelos quilombolas, como subnotificações de casos, dificuldade de contatos da CONAQ com as lideranças comunitárias - o que impossibilita atualizar o boletim -, diálogo com as secretarias de saúde e distância das comunidades, acarretando dificuldade para aplicar as doses e para distribuir kits de higiene e comida. Ressalta-se, com base em Foucault (2005), que a realização de uma pesquisa demográfica é um fator de maior importância para se implantar as estratégias da biopolítica, pois é preciso saber quem são os sujeitos, como e onde vivem para poder agir sobre eles.

A elaboração desses dados requer esforços e sua leitura supõe uma cautela, já que, apesar dos esforços da CONAQ, eles não traduzem a real situação dos quilombolas na pandemia. A atualização desses dados ocorreu no dia 6 de maio de 2021, com a divulgação de 272 quilombolas mortos pela COVID-19, 5 óbitos sem causa confirmada, 5.345 casos confirmados e 1.476 em monitoramento (ALBUQUERQUE, 2021, *online*). Em tese, somente os números de mortos confirmados e novos casos foram atualizados, mas com uma diminuição na velocidade, devido à vacinação.

Além disso, a matéria alega ausência de doses para os quilombolas, falta de assistência social por parte do Estado e racismo em relação à vacinação. Essa indisponibilidade das vacinas viola a determinação feita pelo STF em uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, para que esses povos recebessem vacinação de forma prioritária. Denunciar esse descumprimento é um ato de resistência em meio à barbárie na qual o país esteve imerso na condução da pandemia.

O boletim epidemiológico divulgado no dia 27 de maio de 2021 registra 282 mortes de quilombolas por COVID-19, 5 óbitos sem causa confirmada, 5.351 casos confirmados e 1.476 em monitoramento (ALBUQUERQUE, 2021, *online*), novamente com atualização somente nas mortes e casos confirmados. Essa matéria também ressalta a resistência dos quilombolas na luta pela ampliação da faixa etária vacinada abaixo

dos 40 anos de idade nas comunidades onde não foram contemplados todos, independentemente da idade, e a vacinação daqueles que não residem nas comunidades onde nasceram. Para solucionar essa questão, foram enviadas solicitações às secretarias de saúde, explicando o número de moradores nas comunidades, além de ações de levantamento das doses disponibilizadas e aplicadas, atos que constituem formas de elaboração de verdades e formas de resistências.

No boletim de 24 de junho de 2021, já constavam 291 quilombolas mortos por COVID-19, sem dados referentes a contágios (ALBUQUERQUE, 2021, *online*). A matéria ressalta a falta de planejamento com que foi feita a vacinação dos quilombolas, já que as vacinas disponíveis no Brasil têm intervalos entre doses que variam em duas semanas (CoronaVac), podendo chegar a três meses (Astrazenec) ou mesmo uma única dose, tipo que não foi distribuído para os quilombolas.

O último boletim que retornou em nossa pesquisa foi divulgado no dia 1 de julho de 2021, o qual registra 295 mortes de quilombolas por COVID-19 e também não traz registros de casos confirmados ou suspeitos (ALBUQUERQUE, 2021, *online*). Um mapa destaca a quantidade de pessoas mortas em cada estado. Nele, pode-se ver que há estados nos quais só houve 1 morte de quilombola, caso de São Paulo, Sergipe e Amazonas, ao passo que a maioria das mortes ocorreu no Pará, com 83 mortes registradas pela CONAQ em parceria com o ISA. Devido à maneira como a pandemia devastou a população do Amazonas e diante da ausência de mecanismos governamentais para saber quem era quilombola, é possível que tenham morrido muito mais quilombolas nesse estado.

Nesse último enunciado em análise, ressalta-se que algumas comunidades não receberam as doses determinadas pelo STF e a divulgação de notícias falsas sobre casos de contágios acarretados pela vacinação atrapalhou a adesão de quilombolas à imunização. Por essa razão, ressalta-se a necessidade de que as equipes de saúde utilizem uma abordagem adequada, com linguagem de fácil compreensão, para que as pessoas adiram à vacina. Ademais, as lutas travadas em torno da elaboração de saberes e regimes de verdades (FOUCAULT, 2013) sobre a pandemia acarretou a produção de desinformação sob a caução do próprio Estado brasileiro, o que tornou a gestão da pandemia um grande desastre e obrigou a elaboração de formas alternativas de gestão da vida das populações quilombolas.

Dessa maneira, pelas discussões aqui apresentadas, verifica-se que as verdades oficiais sobre a pandemia foram reguladas pelo Ministério da Saúde, órgão que foi incumbido da tarefa de receber, organizar e redistribuir dados das secretarias de saúde para a população. Devido às divergências de visão dos agentes políticos sobre a condução da pandemia, o Ministério da Saúde foi sucessivamente alvo de mudanças na condução e nem sequer chegou a construir um regime de verdade oficial sobre a pandemia nas comunidades quilombolas, de modo a efetivar o seu papel como instância oficial de produção do verdadeiro. O que se viu foi o silêncio que produziu a invisibilidade e a exclusão.

Diante desse silêncio, foram produzidos pela CONAQ, entre outros, os enunciados aqui analisados, em parceria com outras ONGs, como ISA e Almas Pretas, e com as comunidades quilombolas, as quais precisaram confessar suas verdades sobre como estavam enfrentando a pandemia. Esses sujeitos agiram nas margens do regime de verdade (FOUCAULT, 2013) oficial e produziram formas alternativas de saber e de verdade sobre a pandemia, que funcionam como resistência na busca pelo acesso aos mecanismos que garantem a biopolítica da população.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, analisamos enunciados da mídia que mostram as relações de poder e as formas de resistência em referência à experiência dos quilombolas com a doença e a morte durante a pandemia de COVID-19. O exercício do biopoder pelos órgãos de Estado não alcança esses sujeitos e isso se reflete no fato de que não são feitas campanhas de prevenção, medidas estatísticas em relação a contágios, mortalidade e vacinação entre quilombolas. Não obstante, as ações de saúde e a higienização próprias para a contenção do coronavírus, que tanto se difundiu na mídia por iniciativa de empresas privadas, também não são levadas até eles por órgãos públicos.

Diante desse cenário, o que analisamos aqui são matérias jornalísticas que evidenciam as lutas dos quilombolas para ter acesso ao exercício do biopoder sobre suas vidas, munindo-se do saber da Medicina como técnica de intervenção para torná-los mais saudáveis. Para que isso ocorra, eles elaboram mecanismos de resistência que perpassam a produção de um regime de verdade sobre como a pandemia os atingiu, calculando dados referentes a contágios e morte, sendo esta última, na concepção foucaultiana, um contraponto do biopoder que participa da biopolítica apenas como dado estatístico.

Assim, pode-se concluir que a resistência se faz por um processo de produção de verdade e pela busca da submissão ao biopoder, cuja eficácia produtiva faz com que os sujeitos busquem nele uma forma de otimização dos processos biológicos, em uma sociedade cujo imperativo é viver. Há uma inter-relação entre objetivação e subjetivação, na medida em que a produção da verdade sobre si é o que conduz ao assujeitamento ao biopoder.

Outro aspecto observado acerca dos enunciados que analisamos é a interdependência entre as mídias corporativas e as mídias alternativas. Observamos uma retroalimentação entre esses dois tipos de mídia, uma vez que postagens do *site* da CONAQ são reaproveitadas de outra mídia alternativa, como Almas Pretas, e de mídias corporativas, como G1.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jéssica. **Boletim epidemiológico: Pandemia expõe violações dos direitos quilombolas**. CONAQ, notícias, Brasília, 27 de maio de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-27-de-maio/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Segunda dose: quilombolas aguardam vacinação contra a Covid-19**. CONAQ, notícias, Brasília, sem data, 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/segunda-dose-quilombolas-aguardam-vacinacao-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **A reafirmação da resistência quilombola na luta contra a Covid-19**. CONAQ, notícias, Brasília, 09 de julho de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/a-reafirmacao-da-resistencia-quilombola-na-luta-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Vacinação não protege 100% da Covid-19, esta ainda é realidade nos quilombos**. CONAQ, notícias, Brasília, 15 de julho de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/vacinacao-nao-protége-100-da-covid-19-esta-ainda-e-realidade-nos-quilombos/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Com a redução no número de casos e óbitos relativos à Covid-19, em grande parte dos Estados, agora a população quilombola enfatiza a vacinação como o principal objetivo e discussão**. CONAQ, notícias, Brasília, 22 de julho de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/com-a-reducao-no-numero-de-casos-e-obitos-relativos-a-covid-19-em-grande-parte-dos-estados-agora-a-populacao-quilombola-enfatiza-a-vacinacao-como-o-principal-objetivo-e-discussao/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **COVID-19: Conaq divulga Boletim Epidemiológico e denuncia 270 óbitos**. CONAQ, notícias, Brasília, 29 de abril de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-29-de-abril/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico: Conaq mapeia 272 óbitos em decorrência da COVID-19.** CONAQ, notícias, Brasília, 06 de maio de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-conaq-mapeia-272-obitos-em-decorencia-da-covid-19/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim epidemiológico: Pandemia expõe violações dos direitos quilombolas.** CONAQ, notícias, Brasília, 27 de maio de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-27-de-maio/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico.** CONAQ, notícias, Brasília, 24 de junho de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-24-de-junho/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico.** CONAQ, notícias, Brasília, 01 de julho de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-2/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BORGES, Pedro. **Coronavírus: “se dependermos do governo, iremos morrer”, dizem quilombolas.** CONAQ, notícias, Brasília, 20 de março de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/coronavirus-se-dependermos-do-governo-iremos-morrer-dizem-quilombolas/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

CAPELATO, Maria Helena. **História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo.** In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 299-315.

CASTRO, Edgardo. **Dicionário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COMUNIDADES **Quilombolas já registram 34 mortes e 176 contaminações por coronavírus.** CONAQ, notícias, Brasília, 23 de maio de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/comunidades-quilombolas-ja-registram-34-mortes-e-176-contaminacoes-por-coronavirus/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

CONAQ **publica novas cartilhas com orientações relacionadas a Covid-19 e ao Auxílio Emergencial.** CONAQ, notícias, Brasília, 27 de abril de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/conaq-publica-novas-cartilhas-com-orientacoes-relacionadas-a-covid-19-e-ao-auxilio-emergencial/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

CRISÓSTOMO, Maryellen. **Coronavírus chega aos quilombos e CONAQ denuncia a falta de efetividade de ações preventivas do poder público nos quilombos.** CONAQ, notícias, Brasília, 17 de abril de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/covid-19-chega-aos-quilombos/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Vidas quilombolas são dizimadas pela pandemia de COVID-19 ao mesmo tempo em que enfrentam a morosidade do STF para julgar ADPF 742.** CONAQ, notícias, Brasília, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/adpf-742-prazo-inicial-para-encerrar-a-votacao-termina-hoje/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e subjectividade (Howison Lectures).** Revista de Comunicação e linguagem, Edições Cosmos, Lisboa, nº. 19, p. 203-223, 1993.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Aula de 17 de março de 1976.** In: FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-315.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **Verdade e poder.** In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013, p. 35-54.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 4: as confissões da carne.** Edição estabelecida por Frédéric Gros. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos.** São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica.** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 279-298.

GUIMARÃES, Juca. **Com 5 milhões de idosos, quilombolas ainda aguardam ações para conter coronavírus.** CONAQ, notícias, Brasília, 25 de março de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/covid-19/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação.** Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LACERDA, Victor. **Cidade com maior população quilombola do país está 100% vacinada contra a Covid-19**. CONAQ, notícias, Brasília, 23 de junho de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/quilombolasvacinadosporcompleto/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

MENESES, Sonia. **A operação midiográfica: da Escritura do evento na cena pública à inscrição do acontecimento no tempo presente – a mídia, a memória e a história**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 231-278.

MERGULHÃO, Alfredo. **Avanço do coronavírus em áreas rurais provoca a morte de 19 quilombolas no Brasil**. CONAQ, notícias, Brasília, 11 de maio de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/avanco-do-coronavirus-em-areas-rurais-provoca-a-morte-de-19-quilombolas-no-brasil/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

**QUILOMBOLAS pedem urgência na vacinação e no combate à pandemia de Covid-19**. CONAQ, notícias, Brasília, 14 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/adpf-quilombola-2/>. Acesso em: 28. Jul. 2021.

RIBEIRO, Flávia. **ADPF 742: Plano de apoio a quilombolas na pandemia pode ser aprovado pelo STF**. CONAQ, notícias, Brasília, 19 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/adpf-742-plano-de-apoio-a-quilombolas-na-pandemia-pode-ser-aprovado-pelo-stf/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Governo Bolsonaro tem 30 dias para providenciar plano emergencial para quilombolas na pandemia, decide STF**. CONAQ, notícias, Brasília, 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/governo-bolsonaro-tem-30-dias-para-providenciar-plano-emergencial-para-quilombolas-na-pandemia-decide-stf/>. Acesso em 28 jul. 2021.

SILVA, Francisco Paulo da. **“Quem és tu para querer manchar meu nome?": a produção identitária das mulheres profissionais do sexo como trabalhadoras**. In: FREITAS, Alessandra Cardozo de; RODRIGUES, Lílian de Oliveira; SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa. (Orgs.). Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens. Pau dos Ferros: Queima-bucha, 2008, p. 25-34.

SOUZA FILHO, Benedito; PAULA ANDRADE; Maristela de. **A dois graus do Equador: o Estado brasileiro contra os quilombolas de Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2020.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SUBMETIDO EM: 14/08/2021

ACEITE EM: 01/09/2021